

## ROBINSON CRUSOÉ UM NÁUFRAGO “NO LIMITE” DE SEU TEMPO

Pascoal MANFREDI NETO<sup>1</sup>

Maria Noemi Gonçalves do PRADO<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Trata-se o presente artigo, da articulação entre os princípios do liberalismo, gestados e implementados nos séculos XVIII e XIX, a partir da análise do romance de Daniel Defoe, Robinson Crusoe.

**Palavras-chave:** Progresso; neoliberalismo; liberalismo; burguesia.

---

No Mundo globalizado em que vivemos, a política neoliberal de pensamento único, libera no homem pós-moderno, a exacerbação de sua individualidade. Competitividade e concorrência são combustíveis de um discurso bem articulado, onde os agentes econômicos internacionais, apontam para uma nova abordagem da *idéia de progresso*, que embora remonte a pressupostos teóricos e práticas econômicas gestadas e implementadas pelos idos dos séculos XVIII e XIX, traduz-se, para os contemporâneos do novo milênio, em velhos clichês como “vença desafios”, “faça o seu jogo”, o “futuro está em suas mãos”, pois afinal “quem não tem competência que não se estabeleça”, ingredientes esses confirmados continuamente pela mídia televisiva, destacando a inexorável nova ordem mundial. Nesta dança tecno-pop, atrair a atenção do telespectador pressupõe o lançamento de jogos e competições que adquirem ares de verdadeiras loterias para aqueles que gostam de aventuras e riscos.

A repercussão desses jogos e de seu caráter aventureiro, nos trazem de volta à mente, o romance de Daniel Defoe e seu personagem Robinson Crusoe, náufrago em uma ilha, vivendo o seus dias de “No Limite”.

---

<sup>1</sup>Mestre em Sociologia pela FFLCH/USP. Docente da FCEA-CEP. 16015-280 – Araçatuba (SP).

<sup>2</sup> Historiadora. Professora da Rede Estadual de Ensino e Particular na cidade de Birigüi (SP). CEP. 16200-000

Este artigo não tem a pretensão de fazer uma análise comparativa entre o personagem de Defoe e os participantes desses jogos, que acabam tornando-se personagens da indústria de entretenimento. Uma novela neoliberal que como Robert Kurz diz: “estamos às voltas, em certa medida, com indivíduos- concorrência de alta- tecnologia, que, ao mesmo tempo regrediram socialmente ao estágio do ego infantil”( 2001,p.14) , mas a proposta seria a de resgatar o personagem e sua contemporaneidade.

Este romance “The life Strange Surprising adventure of Robison Crusoe of York, mariner”, foi publicado por Daniel Defoe, em dois volumes, o primeiro em 1719, e o segundo em 1720, alcançando imediatamente uma enorme repercussão, pois representava através de seu protagonista, Robinson Crusoe, os anseios e ideais da classe média européia, principalmente a inglesa. Em certo sentido, é um romance que retrata o burguês típico, náufrago em sua própria ilha, numa sociedade de ilhas isoladas. É o retrato do inglês, prototipo das virtudes de raça e de sua capacidade colonizadora, de espírito prático, tenacidade, predestinação à aventura e sentimento religioso.

O romance tornou-se assim uma obra nacional e cresceu a tal ponto que passou a ameaçar o próprio nome do autor, legando-o ao esquecimento, bem como o resto de sua obra. Robinson Crusoe, apesar de ser um personagem fictício, ou melhor, como diria Lúcio Cardoso, (Tradutor de sua obra) “O mais fictício dos heróis do Mundo”, tem um fundo bastante realista, pois, “é a história de um homem que quer viver, de um solitário que não pode vencer a sede que o domina, de um ser violentado por obstáculos que impedem a vitória absoluta ...de ser um homem rico e próspero...para atender apenas ao temerário e sôfrego desejo de subir mais depressa do que as circunstâncias o permitiam.

Defoe, segundo Jonh Macy, possui valor enquanto primeiro grande autor inglês do estilo novela realista, com o interesse voltado mais para a aventura do que propriamente para o caráter de seus heróis-protagonistas, “ aliás as personagens vivem vivíssimas na ação, mas sem que ele cure de desvendar-lhes *alma*” (MACY, 1967), ou melhor as suas aventuras, a história de suas lutas, dos seus sucessos e dos seus fracassos, ficam subjacentes a uma trama impetuosa para a época que mais

parece fazer despontar um sentimento religioso, bem ao gosto do burguês, naquele período delineando características da classe social em ascensão na sociedade inglesa, responsável pelo processo transformador em ebulição, atuando em várias frentes, economia, política, sociedade, ao longo de um caminho, que levou-lhes, os burgueses, a deflagrarem definitivamente os ideais do capitalismo industrial .

Todos os seus livros respiram a mesma coisa , a mesma ânsia de vida, o mesmo sopro de luta e de adversidade, o mesmo furor contra obstáculos , o mesmo desejo de vitória e emancipação. “Daniel Defoe, que tanto lutou pela fortuna e que tantas vezes foi traído nos seus desejos, sabia por experiência própria que essa força cega e impetuosa é muitas vezes o hálito do inferno”(MACY, 1967).

As histórias se confundem, Defoe dentro da Inglaterra do século XVII e XVIII, às vésperas da revolução industrial, e Robinson Crusoe dentro do romancista Daniel Defoe, que nascido em Londres, após tentativas arruinadas começou a escrever panfletos políticos em 1683.

Encontrava-se a Inglaterra, nessa fase, num processo histórico que propiciaria a formação do sistema mercantilista. Porém, como nos adverte o historiador Pierre Deyon, “O mercantilismo foi definido e batizado por seus adversários”, (DEYON, 1973), ou seja, foi definido enquanto sistema de pensamento pelos liberais do século XVIII. Sua criação foi, portanto, posterior ao objeto a que ele se refere, fruto de uma criação contínua, empírica e nacional inglesa, que possui os antecedentes necessários para a análise do mercantilismo inglês, pois, foram medidas protecionistas `a indústria de lã. Já nos séculos XIV e XV, as principais linhas da política mercantilista britânica envolvem a proteção da moeda e dos seus estoques de metais preciosos, a garantia da produção e o encorajamento e favores à Marinha e ao comércio nacional. “provavelmente, os benefícios que a Inglaterra soubera tirar da organização egoísta da sua economia Nacional eram demasiadas evidentes para autorizar uma modificação qualquer do Sistema Mercantil.” (DEYON, 1973), ainda que liberta no essencial, das antigas regulamentações, corporativista da proibição do empréstimo a juro e dos particularismos urbanos e regionais, a economia inglesa afirmava, numa conjuntura européia, embora bem difícil, seu dinamismo, as condições políticas, as instituições, o Parlamento sobre-

tudo, impõe uma ordem diferenciada a situação Inglesa.

As revoluções de 1640 e a de 1688, foram uma rede de golpes nas Guildas, nas corporações de ofícios, nos monopólios e, em grande parte, das regulamentações das Indústrias e do Comércio Interno. “A relativa liberdade de pensamento e de imprensa dava às discussões um caráter público, abrindo assim um caminho para o pensamento liberal, que exige ansiosamente a liberdade de comércio e de fabricação”. (MOTTA, 1985)

Para melhor ilustrarmos o período político em que vivia Daniel Defoe, precisamos entendê-lo como um contemporâneo do século XVIII, atuante dos ideais burgueses de liberdade e de aventura (o que seria o *laissez-faire* do liberalismo), inclusive comprometer-se politicamente, pois por ocasião da sucessão do trono inglês, onde Carlos II (1660-1685) morre substituído por seu irmão católico Jaime II (1685-1688), os whigs e os tories, ante o perigo de centralização do poder nas mãos do rei unem-se para defender a religião protestante e o Parlamento livre, Defoe estava entre os que acolheram com entusiasmo a chegada de Guilherme de Orange, para quem foi oferecido a Coroa da Inglaterra. Era a Revolução gloriosa de 1688.

Defoe escreve, por esta ocasião “Legions Memorial”. Memorial da Legião) em defesa desse grupo de Whigs, enfatizando a tese de que o poder político emana do povo a cujo serviço estão o rei e o Parlamento.

Na verdade, a Revolução Gloriosa (1688), foi apenas um complemento natural da Revolução Puritana (ocorrida entre 1640 à 1648), fazendo parte do mesmo processo revolucionário, o que nos leva a optar pela Revolução Inglesa e não Revoluções Inglesas, de acordo com José Jobson de Arruda (ARRUDA, 1984).

Com o fim do absolutismo na Inglaterra, o novo soberano reinava, mas não governava, ficando o poder nas mãos do Parlamento. Estava assim criado o Estado Burguês. O poder do Estado que protegia uma velha ordem essencialmente feudal foi derrubado, passando o poder para as mãos de uma nova classe, permitindo o livre desenvolvimento do capitalismo, como afirma Cristoffer Hill (1981). Para os camponeses que haviam sido prejudicados com o fechamento das terras, (Cercamentos), a difusão da indústria pelo campo foi uma oportunidade de aumen-

tar sua reduzida renda, muitos que teriam deixado a sua aldeia permaneciam nela porque o mercador lhes trazia trabalho, devido a necessidade de um número cada vez maior de empregados para atender a crescente procura por parte dos mercados consumidores, o que deveu-se em grande parte à fundação de Impérios Coloniais e ao acentuado crescimento da população europeia.

A formação do Estado Moderno e o Mercantilismo, são uma das principais características da história moderna. O Estado foi personagem central desse período, foi o sujeito e o objeto das políticas levadas a efeito nesse tempo, encobertas sob o nome de Mercantilismo. Retornando a análise de “Robinson Crusóé”, não podemos esquecer de falar sobre a característica mercantilista desenvolvida em seu enredo sobre a conquista dos novos Impérios Coloniais, que aos europeus parecia bastante exótico, como nesta explicação de Robinson Crusóé, quando nos fala sobre Sexta-feira – o nativo encontrado na ilha: “era um belo tipo, elegante, bem proporcionado, alto, robusto, e segundo me pareceu, de uns vinte e seis anos de idade. Tinha aspecto agradável e não feroz ou brutal. a fisionomia varonil, embora não lhe faltasse a doçura e suavidade do semblante europeu, máxime quando sorria. Os cabelos eram compridos e pretos, e não crespos como lã de carneiro. A fronte era alta e larga, os olhos vivos e penetrantes. A pele era negra retinta, porém, acobreada, mas não daquele acobreado, amarelecido e nojento, dos índios do Brasil, da Virgínia e de outras regiões da América. Era mais um tom azeitonado brilhantes, muito agradável, o nariz pequeno e não achatado como os negros” (DEFOE, 1947). Na realidade, o desejo de Robinson Crusóé em encontrar indígenas, era para ele, apenas visto de uma forma utilitária, assim como os burgueses viam os novos-mundos serem descobertos na primeira fase da economia mercantilista, ou seja, a expansão marítima e conseqüentemente acumulação de ouro, prata e metais preciosos vindos da América para abarrotar os cofres, principalmente da Espanha e Portugal, que, por esta época, aplicavam o metalismo como forma do fortalecimento do Estado Nacional. Diz-nos então, Robinson Crusóé, a respeito: “O desejo ardente de encontrar selvagem era, então igual ao que tinha antes não ver e não ser visto por eles. Imaginei, além disso, domesticar um, ou

melhor, dois ou três bugres, tornando-os meus escravos” (DEFOE, 1947). Onde procura mostrar as características do colonizador europeu na América, “não sabia em que parte do Mundo ficava, a não ser que devia pertencer à América” (DEFOE, 1947). E sua impressão a respeito, que justificava os meios para explorar e dizimar os indígenas americanos, “Caso contrário, tratar-se-ia da costa intermediária aos domínios espanhóis ao Brasil, habitado pelos mais terríveis selvagens, pois são canibais, devoradores de homens, e nunca deixam de matar e comer todos os seres humanos que lhes caem nas mãos” (DEFOE, 1947). Talvez tenha lido Bartolomé de Las Casas, que narra as atrocidades cometidas pelos espanhóis em terras indígenas e afirma: “logo após...conclui, depois.. aqueles selvagens não eram os cristãos que tantas vezes mataram os prisioneiros capturados.. não era justo, pois, que os atacasse, se o fizesse, legitimaria a conduta dos espanhóis e as barbaridades que praticaram na América, onde aniquilaram milhões de indígenas. Embora idólatras e bárbaros e seguidores de ritos sangrentos, como o de sacrificar corpos humanos aos seus ídolos, eram perfeitamente inocentes em confronto com os espanhóis”. (DEFOE, 1947)

Isso talvez porque no século XVIII, quando escreveu Robison Crusoe, a Espanha já estivesse fraca politicamente e sua política mercantilista de acumulação de metais preciosos resultasse numa crise séculos mais tarde, quando a França e Inglaterra surgem como únicos Estados capazes de implementar, no século XVII, uma política econômica mercantilista coerente e de relativa eficácia, além de se registrarem uma diminuição e ou até mesmo, uma estagnação das atividades econômicas, assiste-se a uma intensificação da concorrência internacional e a expansão da atividade mercantil (marítima colonial), sobretudo através das Companhias de Comércio.

Estas Companhias de Comércio, procuravam aproveitar as perigosas e lucrativas oportunidades, basta conhecer o nome de uma das mais primitivas e famosa das novas Companhias; ”Mistério e Companhias de Aventureiros Mercadores para a descoberta das regiões, domínios, ilhas e lugares desconhecidos” (HUBERMAN, 1985).

As grandes Companhias de Comércio, de seu lado preparavam e favoreciam a doação dos Atos de Navegação. E talvez, a característica mais original da política econômica inglesa, graças à existência do Parlamento, é freqüentemente ajustada e ratificada. “O Mercantilismo inglês se beneficia da precariedade das instituições políticas e sociais, da qualidade da informação e da reflexão teórica no país. Ele evolui, adaptando-se, aperfeiçoando-se e ajudando a Inglaterra a assumir na Europa, uma verdadeira supremacia marítima e comercial, talvez a supremacia industrial. (DEYON, 1973).

Para o burguês da época, não somente o Parlamento era defendido como uma instituição que lhe garantia a supremacia do poder de todos os níveis, como também, a religião protestante. Na idade média, a Igreja Católica alcançou seu auge retratando o cristianismo através de seu camponês (teocentrismo), que mostrava uma relação de dependência pessoal caracterizado tanto nas relações sociais de produção material, quanto nas outras esferas da vida baseada nesta produção. Para o estágio em que se encontrava a sociedade no seu desenvolvimento burguês, o cristianismo pregado pelo protestantismo que cultuava o homem abstrato, era uma forma mais adequada de religião para atender ao período histórico.

A este respeito, Robinson Crusó, nos retrata “quando andava pelos arredores a caçar ou explorar a terra, sentia muitas vezes a angústia aperta-me subitamente o coração, que parecia parar, ao lembrar das florestas, das montanhas e desertos em que estava perdido, ao lembrar-se que era um prisioneiro, encarcerado entre as muralhas eternas de Oceano, num deserto, sem esperança de libertação (...) Dei graças a Deus, por me ter revelado que eu podia ser mais feliz vivendo isolado do mundo do que do convívio social, com todos os seus prazeres (...)” (DEFOE, 1947).

Por diversas vezes, ele nos relata passagens de sua relação com Deus. Esta relação está aliada ao sentimento de uma inacreditável solidão interior do indivíduo, e destaca a salvação eterna com um objetivo claro, sendo a coisa mais importante de sua vida, obrigado a seguir sozinho, ao encontro de seu destino, designado pela providência. Esta “predestinação à salvação” é sempre encontrada quando Robinson se vê diante de algum obstáculo. A Providência, tem aí um papel

importante, pois serve como guia na vida solitária deste naufrago, a partir do momento de sua chegada a ilha quando questiona “por que só ele entre todos os seus companheiros conseguirá se salvar do naufrágio?” (DEFOE, 1947).

As respostas vinham rapidamente através deste intercâmbio com Deus, Robinson Crusoe estava preso por sua conduta como qualquer bom protestante de seu tempo, pelo menos em uma ilha, não deixava de reverenciar os efeitos da Providência. “Fora realmente a Providência Divina que conservara intactos dez ou doze grãos de cereais, enquanto os ratos devoraram o resto. Era como se tivesse caído do céu. Fora também a Providência, que levava à jogá-los naquele lugar (...) onde brotaram rapidamente”. Weber em seu livro “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, fala-nos a este respeito “Deus não existe para os homens, mas estes por causa de Deus. E tudo acontece de apenas uma pequena parte dos homens ser acolhida para a bem aventurança. Só pode ter sentido como meio para a glória e a majestade (...) “porque o mundo existe para a glorificação de Deus, e somente para este fim. O cristão eleito está no mundo, apenas para aumentar esta glória, cumprindo seus mandamentos ao máximo de sua possibilidades” (1987).

Porém, o protestantismo vem dar um aspecto social a vida do indivíduo que deverá estar de acordo com os mandamentos (Deus), pois tudo deverá ser praticado para a glória de dele, expresso através do amor ao próximo e nunca em benefício da carne, “antes de mais nada, estava ali afastado de todas as misérias do Mundo. Não me afligia a cobiça da carne, nem a cobiça das coisas, nem a tola vaidade humana” (DEFOE, 1947). A expressão desses valores é notada, em primeiro lugar, no cumprimento das tarefas diárias. Isto faz com que o trabalho esteja a serviço dessa utilidade social que surge como promotor da glória de Deus, e portanto desejado por ele. Como continua nos dizendo Robinson Crusoe: “todo trabalho precisa ser feito com minhas mãos. Costumava dizer que vivia na mesma condição de um homem arremessado a uma ilha desabitada, que só contava consigo próprio” (DEFOE, 1947).

Robinson, em uma ilha cercada pela natureza, tem que satisfazer diferentes necessidades e, por isso, é compelido a executar trabalhos úteis di-



versos, fazer instrumentos, fabricar móveis, domesticar cabras, pescar, caçar e apesar da diversidade de suas funções produtivas, sabe que não passam de formas diversas de sua própria atividade, de formas diferentes de trabalho humano. A própria necessidade obriga-o a distribuir, cuidadosamente, seu tempo entre diversas funções. É o que a experiência lhe ensinou e nosso Robinson, que salvou do naufrágio o relógio, o livro razão, tinta e caneta, como bom inglês, começa a organizar a contabilidade de sua vida e o tempo de trabalho que leva em média para realizá-lo numa sociedade de homens livres, reproduziram-se todas as características do trabalho de Robinson. O que diferenciaria seria que enquanto para aqueles o resultado do trabalho seria social, para este seria individual, ou seja, Robinson Crusóé via a questão imediatista e utilitariamente.

A consciência burguesa, no entanto, segundo Karl Marx, “defende a formulação de uma formação social a partir do momento em que o processo de produção domine o homem. Isto seria tão natural quanto o próprio trabalho produtivo” (1980), a sociedade precisaria de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência que por sua vez, só poderia ser o resultado natural de longo e penoso processo de desenvolvimento. Era necessário que a humanidade passasse pela experiência capitalista. Era o sonho burguês da época, que pretendia tomar de assalto um mundo ainda por descobrir, século XVIII, ambições mercantilistas e confirmação gradual do Estado burguês no poder, representado na Inglaterra principalmente pelo parlamento. São os elementos mais contundentes e definidores deste “romance” Robinson Crusóé, que embora posteriormente, passe a fazer parte da literatura infantil, consegue libertar e mostrar o indivíduo dentro de um contexto social e político de uma forma detalhada e precisa.

A nossa atual conjuntura ainda necessita de explicações, mas já podemos tentar esboçar os anseios e o caráter de alguns dos personagens que ela vem formando. Segundo Robert Kurz, essa nova geração, “regalando-se em suas fantasias de onipotência, imaginam mudar a face do mundo, embora seu conteúdo pessoal seja caracterizado por lastimável banalidade e redunde em efeitos tecnológicos mínimos ou em alguma forma de propaganda sem graça. Com o palavreiro de

entrevistadores pop, eles se vêm fazendo uma “revolução”, ao passo que na verdade são acríticos e conformistas ao excesso perante a ordem dominante, num grau jamais alcançado por nenhuma geração nos últimos 200 anos”(2001). E é só.

MANFREDI NETO, P. e PRADO, M.N.G. Robinson Crusoe – a shipwrecked “In the Limit” of his time. *Economia & Pesquisa*, Araçatuba, v.3, n.3, P. 99-108, mar. 2001.

**Abstract:** The present article discusses the articulation between the liberalism principles, developed and implemented in the centuries XVIII and XIX, from the analysis of the novel of Daniel Defoe, *Robinson Crusoe*.

: Progress; neoliberalism; liberalism; bourgeoisie.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, J. J. *A Revolução Inglesa*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BURNS, E. M. *História da civilização ocidental*. Porto Alegre: Globo, 1973.
- DEFOE, D. *As confissões de Moll Flanders*. Rio de Janeiro: José Olympio s/d.
- \_\_\_\_\_. *Robinson Crusoe*. São Paulo: W.M Jackson, 1947.
- DEYON, P. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DOBB, M. *A evolução do Capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HILL, C. *A Revolução de 1640*. Lisboa: Presença, 1981.
- KURZ, R. A comercialização da alma. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 fev. 2001. Caderno Mais!
- LAS CASAS, F. B. *O paraíso destruído*. Porto Alegre: LPM, 1985.
- MACY, J. *História da literatura universal*. São Paulo: Nacional, 1967.
- MARX, K. *O Capital*, livro primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*, livro segundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- SMITH, G. *The dictionary of national biographh*. Oxford: University Press. 1921.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.